

# Editorial

Caros leitores, amigos e colaboradores

Mais uma vez, é com satisfação que vos dirigimos para apresentar a terceira edição da Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET, referente ao período de setembro a dezembro de 2014. Nesta edição especial, tivemos a honra de contar com a colaboração de artigos científicos de diversas partes do Continente Sul Americano, que foram originalmente apresentados no VI Congresso Latino Americano de Investigação Turística – CLAIT, sediado na Universidad Nacional del Comahue, em Neuquén (Argentina), entre os dias 25, 26 e 27 de setembro último.

Com o intuito de contribuir para o fortalecimento da comunidade científica acadêmica de turismo, visamos aqui operacionalizar uma das propostas debatidas na Reunião Geral dos Editores de Revistas Científicas de Turismo do referido evento, que é aproximação dos periódicos científicos entre si e em relação aos eventos científicos da área a fim de melhorar a difusão e potencializar visibilidade e impacto das publicações relevantes na área. Neste sentido, seguindo a organização do evento, realizamos um *fast track* direcionado a uma amostra de artigos considerados mais relevantes, seja por sua originalidade e propositividade para avanços na área, seja pela revisão, ampliação e resgate de temas clássicos ou mesmo os de maior atualidade.

Assim, cumprimos nesta edição um duplo propósito: de um lado, trazer à baila contribuições atuais e relevantes, discutidas em um dos fóruns mais representativos da comunidade acadêmica de turismo na América Latina; e, de outro, promovemos a aproximação e fortalecimento dos eventos científicos assim como dos periódicos, ambos canais indispensáveis para a produção, circulação e acesso ao conhecimento científico em turismo.

Abrindo esta edição temos o artigo de dois catedráticos da Universidad de la República (Uruguai), Rossana Campodónico e Luis Chalar, que assumem a autoria do texto *Matriz Científica em Turismo: uma proposta integradora*, no qual abordam o tema da epistemologia do turismo. Partindo de uma perspectiva construtivista da sociologia do conhecimento, baseada no clássico texto de Berger e Luckman (*A Construção Social da Realidade*), os autores erigem uma proposta original e relativamente autônoma, derivada de uma série de estudos acumulados pelos mesmos, denominada Matriz Científica de Turismo (MCT). Tal matriz, segundo os autores, resulta de uma série de unidades de análise, as quais derivam de um conhecimento comum já existente no turismo, como os atores que desempenham ações e relações no sistema turístico, mas onde tentam relacioná-lo com categorias teóricas – tempo, espaço, motivações e atividades – produzindo assim um modelo teórico supostamente

integrador e ao mesmo tempo analítico, podendo servir de guia para aplicação empírica. Se, por um lado, o estudo tem o grande mérito de dedicar atenção a um tema muito caro porém subdesenvolvido no turismo, o da epistemologia, e além disso, destilar avanços e proposições próprias; por outro, talvez ainda careça se revisar elementos subjacentes a sua construção – como o diálogo com o indutivismo – a fim de evitar uma possível acumulação e justaposição de elementos cuja integração e substrato ainda são requeridos. No entanto, o convite à adesão de estudiosos para a realização de investigações empírica poderia ajudar a avançar esta discussão.

Da Colômbia – Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca – vem a segunda contribuição desta revista, de autoria de Olga Restrepo Quintero, com o artigo intitulado *Análise de Políticas Públicas para a Transformação Produtiva do Setor de Turismo na Colômbia, 2004-2014*. Partindo do contexto recente de abertura econômica naquele país, o texto analisa como o turismo se apresentou, nos últimos 10 anos, como uma política econômica de “transformação produtiva”, com a intenção de tornar o país mais competitivo neste setor e consequentemente aumentar a pauta de exportações como um todo. Através de uma análise qualitativa de documentos de diversas fontes governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, a autora identifica como um dos principais avanços: com o crescimento do volume do fluxo turístico no período tendo quase triplicado, a arrecadação de divisas, ligeiramente mais do que duplicado e a Colômbia obtendo um *market share* da ordem média anual de 8,4% em relação ao fluxo turístico internacional da América do Sul. Porém, há que se considerar, que em números absolutos, o volume de fluxo turístico no país ainda é da ordem de 3,5 milhões de turistas anuais, o investimento das empresas em turismo é baixo, o emprego no setor aumentou apenas marginalmente e a posição competitiva do país decaiu em todos os anos analisados. Assim, os resultados talvez possam sugerir antes do que um forte avanço orquestrado por políticas governamentais, um avanço mais “espontâneo” aproveitado seletivamente por atores isolados. No entanto, estudos de avaliação de políticas que visem a verificar as reais conexões entre cada um dos investimentos poderiam vir a complementar essa lacuna.

Daniela Castellucci, investigadora da Universidade de Mar del Plata (Argentina), é a autora do terceiro artigo desta edição. Com base em uma perspectiva analítica historiográfica, *Turismo y Política en Clave de Historia Reciente. Elecciones y Plataformas Electorales de una Ciudad Turística* descreve o processo eleitoral para prefeito na cidade de General Pueyrredon (Buenos Aires, Argentina). A autora identifica que, por se tratar de uma cidade turística, a das plataformas políticas possuíam projetos factíveis. Todavia, os conteúdos dos programáticos dedicados aos temas de desenvolvimento econômico, dentro dele o turismo, foram marginalmente menos extensos do que os das problemáticas urbano-ambientais.

Ademais, a noção de turismo praticada pelos partidos políticos, indistintamente, da esquerda à direita, estava ligada à concepção de turismo como indústria. O artigo tem o mérito de conjugar uma análise histórica com o estudo dos partidos políticos, temas pouco comuns no estudo do turismo. Porém, para além da descrição histórica, estudos dessa natureza poderiam ser complementados com fontes de dados primários, seja com resgates de evidências de história oral, seja com entrevistas ou outros dados, a fim de ampliar e aprofundar a representação do caso.

O quarto artigo, *El Relevamiento Turístico: De CICATUR a la Planificación Participativa*, dos autores Cristina Varisco, Daniela Castellucci, María Graciela González, María Julia Muñoz, Noelia Padilla, Lucía Campoliete e Graciela Benseny, da Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina, faz uma ampla revisão sobre o tema das técnicas de levantamento turístico, apresentando ao final uma proposta própria de técnica, para a qual se toma com o estudo de caso ilustrativo a identificação dos recursos culturais e naturais de Santa Clara del Mar (Argentina), definindo uma forma de pesquisa e consenso com a população local. O levantamento da oferta turística é uma técnica tradicional para a identificação dos recursos existentes no destino e levantamento de informação que podem ser utilizados turisticamente. A literatura analisada conta com referências desde as primeiras propostas do Centro de Pesquisa e Treinamento Turismo (CICATUR), consideradas mais tecnicistas, até às mais recentes e participativas, culminando com metodologia própria que propõe uma síntese de categorias a serem consideradas: a) atratividade, originalidade, autenticidade, diversidade, grau de preservação, inclusão e complementaridade das atrações; b) capacidade: tipo de atividade possível realização, capacidade, serviços e equipamentos turísticos; c) Acessibilidade: temporais, física e administrativa. A aplicação empírica da proposta é ilustrada através de oficinas que foram realizadas com atores locais no âmbito de um programa de extensão.

O quinto artigo, de Lieve Coppin e Samuel Gaitán, *Los proyectos de turismo de cooperación internacional: ¿Para qué y para quiénes?* toma o contexto do Peru, nos últimos 20 anos, para discutir o tema de cooperação internacional em matéria de turismo, analisando as experiências deste país na implementação desses projetos. Com base numa revisão teórica sobre cooperação internacional, informada por um *background* na sociologia do turismo, com destaque para a original discussão da teoria do ator rede (ANT) no turismo, o texto se debruça sobre os marcos históricos que marcaram a institucionalização do turismo; as experiências dos atores envolvidos em sua gestão e execução, e os problemas de estrutura de tais projetos. Ancorado na metodologia qualitativa, aliada à opinião de especialistas e na própria experiência dos pesquisadores como consultores nesta matéria, os autores evidenciam que, em relação à outras áreas, o turismo nunca foi uma área prioritária para a cooperação internacional no Peru, e quiçá

na América Latina, a despeito de uma grande presença de projetos naquele país, dado que o investimento financeiro é insignificante e contrastante ao discurso político atual. Assim, o que se verifica é a lacuna entre a formulação e a implementação de tais projetos de desenvolvimento, financiamento opacidade e má gestão de conhecimento e baixa autocrítica. O artigo tem o mérito de verificar uma discussão latente e pouca abordada que, via de regra, se baseia no senso comum de que os projetos de cooperação internacional, por definição, já trariam ganhos para as regiões envolvidas. Mais do que desmistificar essa visão ingênua, os autores lançam luzes e questionamentos para futuros estudos, sobre a real contribuição do investimento externo em projetos de turismo, sua operacionalidade, continuidade e eficácia, sugerindo que sem a contrapartida de um envolvimento interno não há “decolagem” do desenvolvimento turístico regional ou nacional, muito menos sem a real (diferentemente do que é tão propalado politicamente) parcela de investimentos nesta área.

Juan Pablo Morea, da Universidade de Mar del Plata, Argentina, assina o sexto artigo desta edição, intitulado *El Diseño de las Áreas Protegidas y su Influencia en el Desarrollo de Actividades de Uso Público: contexto latinoamericano y situación en Argentina*, em que se dedica a fazer uma revisão teórica, analítica e crítica, sobre as teorias acerca de áreas protegidas (AP). O autor apresenta com maestria o debate na literatura existente entre a tradicional teoria da biogeografia de MacArthur e Wilson, que estabeleceu os primeiros fundamentos e as novas discussões sobre este tema. Questionando certos princípios básicos como o ideal de um tamanho da reserva depende da área precisa conservar as espécies e maior parte do AP têm formas irregulares; o artigo em questão analisa as diferentes perspectivas e teorias sobre o assunto, bem como as dificuldades encontradas na controversa tarefa de determinar o tamanho e design de AP's, de acordo com as diferentes abordagens existentes, e conseqüentemente seus impactos na sua implementação. Com ilustrações empíricas derivadas do contexto argentino, o autor descreve o planejamento e desenvolvimento de atividades de uso público, apontando um diagnóstico indica que não há critério unificador em relação à escolha do tamanho e design de áreas protegidas; principalmente quando estes estão associados com o conflito de usos e interesses e deficiências nos níveis legais e institucionais. Isto não só afeta as atividades de manejo e conservação de PA, mas muitas vezes ocorre que as atividades de uso público são implementadas de forma inadequada.

A sétima contribuição deste número vem da Venezuela, com o artigo *Políticas Públicas para el Fortalecimiento de la Inversión Turística en un Destino Emergente: península de Paraguaná en Venezuela*, de autoria coletiva dos investigadores Gladys del Valle Reyes de Velasco, Ana M. Vera, Bilma López, Emily Chirinos e Noel Lugo, todos de la Universidad del Zulia, en Venezuela. O texto aborda as políticas de investimentos públicos deste

destino emergente no território venezuelano. Tomando como caso empírico a península de Paraguaná, que é uma das regiões mais dinâmicas e de maior investimentos em termos de projetos turísticos no país, os autores apresentam os resultados de investigação de mais de quatro anos, por meio do qual identificam, a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, a dinâmica econômica recente na região (remoção de tarifas de importação, isenção de IVA, a eliminação de impostos sobre as importações de bens necessários para fornecimento de turismo ou serviços comerciais conexas e 100% de isenção de imposto de renda para novos investimentos) estimulada por políticas públicas cujo foco reside na tentativa de estímulo ao investimento econômico no turismo. Os autores concluem assinalando que o governo nacional considerou o turismo como uma atividade econômica de interesse nacional e prioridade de utilidade pública para a estratégia de diversificação e desenvolvimento sustentável do país criando a zona livre Paraguaná. Contudo, a despeito do avanço liberal econômico, em remover taxaões e estimular o investimento privado, que passou a vir de diferentes fundos financeiros internacionais, estudos complementares precisam indicar em que medida esta política tem beneficiado a sociedade local ou aos investidores internacionais.

Por fim, a resenha elaborada pela doutoranda em Ciencias Sociales, da Universidad Autónoma de Sinaloa (México), Fabíola Cristina Costa de Carvalho, encerra esta edição e o ano de 2014. O texto apresenta a coletânea organizada pelos professores e pesquisadores Thiago Duarte Pimentel (UFJF), Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV) e Edegar Luis Tomazzonni (USP), intitulada *Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Ao apresentar o livro, a comentadora pondera que os resultados dos estudos apresentados demonstram uma retomada promissora nos estudos do campo das políticas públicas em turismo. Por contradição, conforme os próprios organizadores desta obra sublinham, estes resultados afligem por apontar os desafios que estão impostos para que o Brasil alcance o almejado desenvolvimento turístico sustentável que aparece nos discursos políticos há décadas. Em sua avaliação, o livro se destaca pela forma como os trabalhos se comunicam e complementam o esboço de um quadro analítico abrangente sobre a gestão pública do turismo no Brasil recente. Conforme o argumento tomado da ciência política que conforma seguidamente os capítulos ressalta-se que as decisões políticas são conseqüência de um contexto nacional e internacional específico. Assim, a autora sugere que em revisões futuras da obra seja incorporado um detalhamento do cenário político, econômico e social em que ocorreu o *policy making* e a implementação das políticas como um elemento enriquecedor das análises bem sucedidas empreendidas nesta obra. Por outro lado, comenta que algumas regiões ficaram ausentes em termos de sua representação na obra, sugerindo então que

questões como: a situação desses estados em relação às políticas nacionais de turismo ao longo do tempo; a dos resultados por eles alcançados do ponto de vista político-administrativo ou político-institucional; e a caracterização dos atores envolvidos na atividade turística nestes locais, contribuirão para um próximo desta obra possa incorporar e ampliar os estudos sobre o desenvolvimento turístico do Brasil, bem como fornecer conhecimentos e ferramentas para a sua intervenção e colocação em prática na realidade.

Assim, encerrando mais um número e um ano bem sucedido de Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET é que lhes desejamos uma ótima leitura e lhes ensejamos o convite a contribuir para fazer parte desta iniciativa exitosa, através de suas leituras, textos, avaliações e sugestões!

*Thiago Duarte Pimentel*  
*Coeditor*